



Agosto/2014

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### Concurso Público para provimento de cargos de Auditor Público Externo (APE), Nível III, Classe A Bacharel em Ciências Contábeis

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

# P R O V A

## Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas

**PROVA OBJETIVA****Conhecimentos Específicos**

1. Segundo o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, é INCORRETO afirmar:
- (A) As características qualitativas da informação contábil-financeira dividem-se em características qualitativas fundamentais e características qualitativas de melhoria.
  - (B) A característica essência sobre a forma foi formalmente retirada da condição de componente separado da representação fidedigna por ser uma condição essencial para tal representação.
  - (C) A característica do conservadorismo (prudência) foi mantida como condição de aspecto da representação fidedigna por ser consistente com a neutralidade da informação.
  - (D) As demonstrações contábeis, preparadas sob a égide da própria estrutura conceitual, satisfazem as necessidades comuns da maioria dos seus usuários, uma vez que quase todos eles utilizam essas demonstrações contábeis para a tomada de decisões econômicas.
  - (E) Para ser confiável, a informação constante das demonstrações contábeis deve ser completa, dentro dos limites de materialidade e custo; uma omissão pode tornar a informação falsa ou distorcida e, portanto, não confiável e deficiente em termos de sua relevância.
2. A empresa Fonte Nova S.A. adquiriu um título prefixado por R\$ 10.000,00 e o classificou como disponível para venda em seu balanço. Após um mês, o título rendeu R\$ 505,00 e seu valor justo de mercado é de R\$ 9.000,00. Os lançamentos contábeis para os eventos ocorridos após um mês serão (valores em reais):
- |     |   |          |
|-----|---|----------|
| (A) | D – Títulos e Valores Mobiliários .....                                 | 505,00   |
|     | C – Receita Financeira .....  | 505,00   |
|     | D – Ajuste de Avaliação Patrimonial (conta de Patrimônio Líquido) ..... | 1.505,00 |
|     | C – Títulos e Valores Mobiliários .....                                 | 1.505,00 |
| (B) | D – Títulos e Valores Mobiliários .....                                 | 505,00   |
|     | C – Receita Financeira .....  | 505,00   |
|     | D – Despesa de Ajuste a Valor Justo .....                               | 1.505,00 |
|     | C – Títulos e Valores Mobiliários .....                                 | 1.505,00 |
| (C) | D – Títulos e Valores Mobiliários .....                                 | 505,00   |
|     | C – Receita Financeira .....  | 505,00   |
|     | D – Despesa de Ajuste a Valor Justo .....                               | 1.000,00 |
|     | C – Títulos e Valores Mobiliários .....                                 | 1.000,00 |
| (D) | D – Títulos e Valores Mobiliários .....                                 | 505,00   |
|     | C – Receita Financeira .....  | 505,00   |
| (E) | D – Ajuste de Avaliação Patrimonial (conta de Patrimônio Líquido) ..... | 1.000,00 |
|     | C – Títulos e Valores Mobiliários .....                                 | 1.000,00 |
3. As reservas de capital NÃO são utilizadas pelas empresas para
- (A) absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem somente as reservas estatutárias.
  - (B) resgate, reembolso ou compra de ações.
  - (C) resgate de partes beneficiárias.
  - (D) incorporação ao capital social.
  - (E) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.
4. A empresa Genipabu S.A. possui os seguintes valores registrados nas contas de resultado de um determinado período:
- Custo das Mercadorias Vendidas: R\$ 9.178,00
  - Devolução de Vendas: R\$ 1.330,00
  - Frete sobre Vendas: R\$ 350,00
  - Descontos Financeiros concedidos: R\$ 300,00
  - Receita de Vendas: R\$ 15.030,00
  - Despesas com Salários: R\$ 2.300,00
  - Abatimento sobre Vendas: R\$ 110,00
  - Despesas Gerais: R\$ 550,00
- O valor do Resultado Bruto com Vendas no período foi, em reais,
- (A) 1.112,00
  - (B) 13.590,00
  - (C) 4.062,00
  - (D) 4.412,00
  - (E) 4.522,00



5. A empresa Tabosada S.A. possuía em 01/01/2013 um estoque de R\$ 160.000,00, o qual era composto por 100 unidades adquiridas por R\$ 1.600,00 cada. Durante o ano de 2013, a empresa realizou as seguintes operações:
- Compra a prazo, em 11/04/2013, de 80 unidades no valor total de R\$ 160.000,00.
  - Venda a prazo, em 05/06/2013, de 90 unidades no valor total de R\$ 250.000,00.
  - Compra a prazo, em 09/06/2013, de 50 unidades no valor total de R\$ 90.000,00.
  - Venda a prazo, em 08/08/2013, de 140 unidades no valor total de R\$ 300.000,00.

Sabendo-se que a empresa avalia seus estoques pelo método PEPS (Primeiro que Entra e Primeiro que Sai), o resultado bruto na venda obtido pela empresa no ano de 2013 foi, em reais,

- (A) 0 (zero)
- (B) 250.000,00
- (C) 410.000,00
- (D) 140.000,00
- (E) 550.000,00

6. A empresa Egito & Lima S.A. estima as perdas com créditos de liquidação duvidosa com base no saldo a receber das vendas realizadas a prazo. Nos últimos cinco anos, o percentual aplicado sobre o saldo a receber foi de 8%.

Os saldos de algumas contas em 31/12/2012 eram os seguintes:

- Disponível: R\$ 20.000,00
- Clientes: R\$ 200.000,00
- Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (EPCLD): R\$ 16.000,00
- Estoques: R\$ 950.000,00

Durante o exercício de 2013, ocorreram os seguintes eventos:

- A Dinamarca Ltda. decretou falência e sua dívida de R\$ 40.000,00 teve de ser considerada incobrável.
- O valor de R\$ 24.000,00 devido por um cliente, que havia sido considerado incobrável há mais de três anos, foi recebido durante o ano.
- Por um grave problema financeiro, a Suécia Ltda. teve de ser considerada incobrável. Sua dívida era de R\$ 10.000,00.
- As vendas totais em 2013 foram de R\$ 400.000,00, das quais, 20% foram realizadas a prazo e o custo das mercadorias vendidas foi de R\$ 150.000,00.
- O saldo remanescente da conta Clientes existente em 31/12/2012 não foi recebido durante o ano.

Após essas operações, o saldo da conta EPCLD no balanço patrimonial de 2013 será, em reais,

- (A) 2.400,00
- (B) 20.320,00
- (C) 52.400,00
- (D) 34.000,00
- (E) 18.400,00

7. A Empresa XYZ Ltda. adquiriu um pedaço de terra que contém um recurso natural a ser extraído. Por exigência legal, no final do período de extração do recurso natural, a empresa deverá restaurar o local para adequá-lo à condição de uso recreativo para a população. Levantamentos geológicos estimam que as reservas recuperáveis serão de 5.000.000 toneladas e que a propriedade terá um valor de R\$ 1.000.000,00 após a restauração. Seguem as informações de custo relevante para o contrato:

- Custo de aquisição: R\$ 9.000.000,00.
- Valor presente dos custos estimados de restauração: R\$ 1.500.000,00.

Sabendo-se que a empresa não mantém estoques de material extraído, a despesa de exaustão a ser contabilizada, por tonelada desse material, será, em reais,

- (A) 2,10
- (B) 1,90
- (C) 1,80
- (D) 1,60
- (E) 1,50



8. Em janeiro de 2013, a empresa Pipa Ltda. iniciou o desenvolvimento de um novo produto, tendo incorrido em gastos até o mês de abril no valor de R\$ 150.000,00. A partir do mês de maio, os critérios para reconhecimento de ativos intangíveis foram identificados pela empresa. Ao final do ano de 2013, os gastos com o desenvolvimento do produto totalizaram R\$ 215.000,00. A empresa estima que o Valor Residual, no final da vida útil prevista para o projeto, será de R\$ 75.000,00. O valor a ser apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2013, para a conta intangíveis é, em reais,
- (A) 140.000,00  
(B) 75.000,00  
(C) 65.000,00  
(D) 10.000,00  
(E) 150.000,00

9. Com base na Lei das Sociedades por Ações considere as afirmações a seguir:
- I. As notas explicativas devem fornecer informações adicionais, não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada.
- II. As notas explicativas devem indicar as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício.
- III. Os ajustes de exercícios anteriores, além de eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia, devem ser indicados em notas explicativas.
- IV. Serão indicados, em notas explicativas, os investimentos em outras sociedades, quando relevantes.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.  
(B) I e IV, apenas.  
(C) I, II e IV, apenas.  
(D) II, III e IV, apenas.  
(E) I, II, III e IV.
10. A empresa Palestra Ltda. fez uma captação de recursos no valor de R\$ 4.000.000,00 por meio da emissão de debêntures, incorrendo em custos de transação no valor de R\$ 400.000,00. As condições das debêntures foram bastante vantajosas e os debenturistas pagaram um prêmio no valor de R\$ 100.000,00 na data da emissão. Ao final de quatro anos, a empresa fará o resgate dos títulos por meio de um único pagamento no valor de R\$ 4.400.000,00.

Os lançamentos contábeis correspondentes à mensuração inicial, na data da obtenção dos recursos, foram, em reais:

- (A) D – Caixa e Equivalentes de Caixa ..... 3.700.000,00  
D – Custos a amortizar (Passivo) ..... 400.000,00  
C – Debêntures ..... 4.000.000,00  
C – Prêmios a amortizar (Passivo) ..... 100.000,00
- (B) D – Caixa e Equivalentes de Caixa ..... 3.700.000,00  
D – Custos de emissão (Resultado) ..... 400.000,00  
C – Debêntures ..... 4.000.000,00  
C – Prêmio na emissão de Debêntures (PL) ..... 100.000,00
- (C) D – Caixa e Equivalentes de Caixa ..... 3.600.000,00  
D – Custos a amortizar (Passivo) ..... 400.000,00  
C – Debêntures ..... 3.900.000,00  
C – Prêmios a amortizar (Passivo) ..... 100.000,00
- (D) D – Caixa e Equivalentes de Caixa ..... 4.300.000,00  
C – Debêntures ..... 4.000.000,00  
C – Prêmios a amortizar (Passivo) ..... 300.000,00
- (E) D – Caixa e Equivalentes de Caixa ..... 3.600.000,00  
D – Custos a amortizar (Resultado) ..... 400.000,00  
C – Debêntures ..... 3.900.000,00  
C – Prêmios a amortizar (PL) ..... 100.000,00



**Instruções:** Para responder às questões de números 11 a 13, considere as demonstrações contábeis e as informações adicionais a seguir:

A Cia. Comércio Mundial apresentava as seguintes demonstrações contábeis:

Balancos Patrimoniais			(em reais)		
	31/12/13	30/06/14		31/12/13	30/06/14
<b>Ativo Circulante</b>	<b>250.000</b>	<b>401.000</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>215.000</b>	<b>94.000</b>
Disponível	120.000	240.000	Fornecedores	170.000	64.000
Duplicatas a Receber	80.000	105.000	Salários a Pagar	30.000	10.000
Estoques	50.000	32.000	Adiantamentos de Clientes	15.000	-
Seguros antecipados	-	24.000	Dividendos a Pagar	-	20.000
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>426.000</b>	<b>299.000</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>120.000</b>	<b>155.000</b>
Investimentos	30.000	45.000	Empréstimos	100.000	130.000
Imobilizado			Provisões	20.000	25.000
Terreno	180.000	-	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>341.000</b>	<b>451.000</b>
Máquinas	240.000	290.000	Capital Social	250.000	330.000
(-) Depreciação Acumulada	(24.000)	(36.000)	Reservas de Lucros	91.000	121.000
<b>Total do Ativo</b>	<b>676.000</b>	<b>700.000</b>	<b>Total do Passivo + PL</b>	<b>676.000</b>	<b>700.000</b>

**Demonstração do Resultado**  
01/01/2014 a 30/06/2014 (em reais)

Receita Bruta de vendas	1.200.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(840.000)
<b>(=) Resultado Bruto</b>	<b>360.000</b>
(-) Despesas Operacionais	
Despesas Administrativas	(170.000)
Despesas com Vendas	(75.000)
Despesas com Seguros	(7.000)
Despesas de Depreciação	(12.000)
Despesas com Provisões	(5.000)
(+) Outras Receitas Operacionais	
Resultado de Equivalência Patrimonial	15.000
Lucro na Venda do Terreno	20.000
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>126.000</b>
Despesa Financeira (juros)	(5.000)
<b>Resultado Antes do IR e CSLL</b>	<b>121.000</b>
Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(41.000)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>80.000</b>

**Informações Adicionais:**

- As Despesas Financeiras não foram pagas no período.
- O terreno foi vendido à vista.
- O aumento de capital foi realizado da seguinte forma: R\$ 50.000,00 em equipamentos e o restante com incorporação de reservas de lucros.
- Não houve pagamento de empréstimos no período.
- A conta Fornecedores contém apenas as compras a prazo de Estoques e o Custo das Mercadorias Vendidas se refere apenas à baixa do Estoque vendido.

11. O fluxo de caixa decorrente das Atividades Operacionais apurado no primeiro semestre de 2014 foi, em reais,

- (A) 67.000,00 positivo.
- (B) 105.000,00 negativo.
- (C) 90.000,00 negativo.
- (D) 110.000,00 negativo.
- (E) 85.000,00 negativo.

12. O fluxo de caixa decorrente das Atividades de Financiamento apurado no primeiro semestre de 2014 foi, em reais,

- (A) 35.000,00 positivo.
- (B) 30.000,00 positivo.
- (C) 25.000,00 positivo.
- (D) 75.000,00 negativo.
- (E) 55.000,00 positivo.



13. O valor que foi pago, no primeiro semestre de 2014, referente às compras de Estoques foi, em reais,
- (A) 106.000,00
  - (B) 822.000,00
  - (C) 840.000,00
  - (D) 946.000,00
  - (E) 928.000,00
- 
14. A empresa Invest & Cia. adquiriu, em 31/12/2013, ações de sua própria emissão e, para isso, incorreu nos seguintes gastos:
- Valor pago pelas ações = R\$ 150.000,00  
Custos adicionais de transação = R\$ 2.000,00
- Em 30/06/2014, a empresa revendeu estas ações por R\$ 160.000,00 à vista, incorrendo em novos custos de transação no valor de R\$ 3.000,00.
- Nesse caso, a empresa Invest & Cia.
- (A) reconheceu como Ações em Tesouraria o valor de R\$ 150.000,00, em 31/12/2013.
  - (B) reconheceu como Despesa o valor de R\$ 3.000,00, em 30/06/2014.
  - (C) reduziu o seu Patrimônio Líquido em R\$ 152.000,00, em 31/12/2013.
  - (D) apurou um resultado com a venda das Ações em Tesouraria de R\$ 7.000,00.
  - (E) aumentou o seu Patrimônio Líquido em R\$ 160.000,00, em 30/06/2014.
- 

Instruções: Para responder às questões de números 15 e 16, considere as informações a seguir:

Em 31/12/2013, a Cia. Europeia adquiriu 80% das ações da Cia. Americana por R\$ 6.400.000,00 com pagamento à vista. Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido da Cia. Americana era R\$ 7.000.000,00 e o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era R\$ 7.500.000,00, sendo que a diferença foi decorrente de um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pela Cia. Americana.

No período de 01/01/2014 a 30/06/2014, a Cia. Americana reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro líquido do primeiro semestre de 2014: R\$ 600.000,00
- Distribuição de dividendos: R\$ 150.000,00
- Ajustes acumulados de conversão de investida no exterior: R\$ 80.000,00 (devedor)

15. O valor que a Cia. Europeia reconheceu no Balanço Patrimonial em Investimentos em Controladas, na data da aquisição, foi, em reais,
- (A) 6.400.000,00
  - (B) 7.000.000,00
  - (C) 7.500.000,00
  - (D) 6.000.000,00
  - (E) 5.600.000,00
- 
16. No primeiro semestre de 2014, o impacto reconhecido na Demonstração do Resultado da Cia. Europeia referente ao Investimento que detém na Cia. Americana foi, em reais,
- (A) 120.000,00
  - (B) 450.000,00
  - (C) 360.000,00
  - (D) 296.000,00
  - (E) 480.000,00
-



17. A Cia. XPTO S.A. respondia, em 31/12/2013, aos seguintes processos judiciais:

Processo	Tipo	Valor estimado da Perda (em R\$)	Probabilidade de Perda
1	Trabalhista	90.000,00	Provável
2	Trabalhista	110.000,00	Possível
3	Ambiental	230.000,00	Provável
4	Tributário	180.000,00	Possível
5	Cível	50.000,00	Remota

A Cia. XPTO S.A. deveria ter apresentado como Provisão, em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2013, o valor de, em reais,

- (A) 660.000,00
- (B) 290.000,00
- (C) 340.000,00
- (D) 610.000,00
- (E) 320.000,00

18. Em abril de 2014, a Cia. Revisão verificou que o valor da despesa com Provisões, reconhecidas em 2013 e decorrentes de seus processos tributários, foi calculado considerando informações incorretas do departamento jurídico. Considerando que a diferença entre os valores (calculado e o que deveria ter sido calculado) é material, a Cia. Revisão

- (A) não precisa fazer nenhum ajuste nas demonstrações contábeis nem divulgar tal fato, considerando que é apenas um erro.
- (B) precisa apenas divulgar o erro nas demonstrações contábeis de 2014.
- (C) precisa divulgar o erro em 2014 e corrigir suas demonstrações contábeis de forma prospectiva.
- (D) precisa divulgar o erro em 2014 e corrigir suas demonstrações contábeis de forma retrospectiva.
- (E) precisa apenas ajustar suas demonstrações contábeis de 2013 para fins de comparação com as de 2014.

19. A Cia. Revendedora adquiriu, em 31/01/2014, produtos para serem comercializados. Em função de sua situação financeira, estes produtos foram adquiridos por R\$ 400.000,00 para serem pagos em 30/04/2015. Se a Cia. tivesse adquirido estes produtos à vista teria pago R\$ 320.000,00. Em 28/02/2014, a Cia. Revendedora vendeu 60% desses produtos por R\$ 720.000,00, para serem recebidos integralmente em 20/05/2015. A Cia. concede, normalmente, um prazo de 90 dias para seus clientes. Se o cliente tivesse adquirido as mercadorias à vista teria pago R\$ 600.000,00. Com base nestas informações, é correto afirmar que a Cia. Revendedora deveria reconhecer como

- (A) Estoques o valor de R\$ 400.000,00 na data da aquisição.
- (B) Receita de Vendas o valor de R\$ 600.000,00 e como Custo dos Produtos Vendidos R\$ 192.000,00 na data da venda.
- (C) Receita de Vendas o valor de R\$ 720.000,00 e como Custo dos Produtos Vendidos R\$ 192.000,00 na data da venda.
- (D) Receita Financeira o valor de R\$ 120.000,00 na data da venda.
- (E) Receita de Vendas o valor de R\$ 600.000,00, como Custo dos Produtos Vendidos R\$ 192.000,00 e como Resultado Financeiro R\$ 40.000,00 positivos na data da venda.

20. A Cia. Futebol da Alemanha S.A. adquiriu produtos para revenda e pagou os seguintes valores:

Custo dos Produtos: R\$ 250.000,00, sem tributos.

Frete sobre a compra: R\$ 9.000,00, sem tributos.

Seguro para transporte até o depósito da empresa: R\$ 5.000,00, sem tributos.

Tributos recuperáveis: R\$ 42.000,00.

Tributos não recuperáveis: R\$ 15.000,00.

A Cia. Futebol da Alemanha S.A. revendeu todos estes produtos por R\$ 420.000,00, concedendo ao comprador um desconto de 5% pelo pagamento ter sido feito à vista. Com base nestas informações, o resultado na venda dessas mercadorias apurado pela Cia. Futebol da Alemanha S.A. foi, em reais,

- (A) 156.000,00
- (B) 120.000,00
- (C) 135.000,00
- (D) 141.000,00
- (E) 78.000,00

21. Em 31/12/2012, a empresa Serviços & Cia. adquiriu um caminhão por meio de um contrato de arrendamento mercantil financeiro, para ser pago em 6 parcelas anuais e consecutivas no valor de R\$ 100.000,00 cada, vencendo a primeira em 31/12/2013. Sabe-se que o valor presente das prestações, na data de início do contrato, era R\$ 462.000,00 e que se a empresa Serviços & Cia. tivesse adquirido o caminhão à vista, teria pago R\$ 470.000,00 (valor justo).

Nesse caso, a empresa Serviços & Cia. reconheceu

- (A) um ativo no valor de R\$ 470.000,00 na data da aquisição.
- (B) um passivo no valor de R\$ 600.000,00 na data da aquisição.
- (C) uma despesa financeira no valor de R\$ 100.000,00 no ano de 2013.
- (D) um passivo no valor de R\$ 462.000,00 na data da aquisição.
- (E) um ativo no valor de R\$ 470.000,00 e um ganho no valor de R\$ 8.000,00 na data da aquisição.



22. A Cia. Marcas Famosas S.A. possuía, em 31/12/2013, um ativo Intangível com vida útil indefinida cujo valor contábil era R\$ 200.000,00, o qual era composto por:

- Custo de aquisição: R\$ 280.000,00.
- Perda por desvalorização (reconhecida em 2013): R\$ 80.000,00.

Em junho de 2014, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo Intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso do ativo: R\$ 290.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda do ativo: R\$ 240.000,00.

Complementarmente, as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida. Nesse caso, a Cia. Marcas Famosas S.A., em junho de 2014,

- (A) não fez nenhum registro.
- (B) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 40.000,00.
- (C) reconheceu um ganho no valor de R\$ 90.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização contabilizada anteriormente.
- (D) reconheceu um ganho no valor de R\$ 40.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização contabilizada anteriormente.
- (E) reconheceu um ganho no valor de R\$ 80.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização contabilizada anteriormente.

23. A Cia. Colombiana S.A. incorreu, em 30/06/2014, em gastos relacionados com as seguintes transações:

- I. Aquisição de 80% das ações da Cia. Argentina com o objetivo de diversificar sua atividade econômica.
- II. Pagamento de um processo tributário que não estava provisionado no Balanço Patrimonial da Cia. Colombiana S.A.
- III. Contratação e pagamento de uma apólice de seguro contra roubo com vigência de 12 meses.
- IV. Aquisição de uma máquina especial para ser usada no processo produtivo.

Os gastos incorridos pela Cia. Colombiana S.A. nas transações I, II, III e IV foram reconhecidos, respectivamente, como

- (A) Investimentos, Despesa paga Antecipadamente, Despesa e Intangível.
- (B) Investimentos, Despesa, Despesa paga Antecipadamente e Imobilizado.
- (C) Aplicação Financeira, redução de Passivo, Despesa e Imobilizado.
- (D) Investimentos, redução de Passivo, Despesa paga Antecipadamente e Imobilizado.
- (E) Aplicação Financeira, Despesa, Despesa paga Antecipadamente e Intangível.

24. Considere as seguintes informações obtidas a partir das demonstrações contábeis das empresas Classificada S.A. e Sem Chance S.A:

Informação	Classificada S.A.	Sem Chance S.A.
Passivo circulante	R\$ 15.000,00	R\$ 21.000,00
Índice de Liquidez corrente	2,0	3,0
Composição do endividamento	25%	35%
Grau de endividamento (em relação aos recursos totais)	75%	80%
Retorno sobre o PL	25%	30%

Com base nessas informações, a

- (A) empresa Classificada S. A. apresenta maior ativo circulante.
- (B) empresa Sem Chance S. A. apresenta maior montante de recursos de terceiros.
- (C) empresa Classificada S. A. apresenta menor passivo não circulante.
- (D) maior parte das dívidas da empresa Sem Chance S.A. vence no curto prazo.
- (E) empresa Classificada S. A. apurou lucro líquido maior que o da empresa Sem Chance S.A.





25. Considere as seguintes transações realizadas pela Cia. Inglesa:

- I. Recebeu em doação um terreno com restrições a serem cumpridas.
- II. Emitiu novas ações com ágio.
- III. Reconheceu variação cambial de controladas no exterior.
- IV. Pagou dividendos anteriormente propostos e aprovados pela Cia.
- V. Apurou lucro líquido no período.
- VI. Aumentou o capital com Reservas de Lucros.

As transações que alteram o valor do Patrimônio Líquido da Cia. Inglesa são APENAS

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e V.
- (C) II e V.
- (D) I, III e VI.
- (E) II, III, IV e V.

26. Um determinado órgão público cancelou uma compra, pois os produtos recebidos não atenderam as especificações previstas no Edital de Licitação. Nesse caso, em função deste cancelamento, considerando os estágios da despesa pública

- (A) somente o empenho da despesa será anulado.
- (B) será necessário estornar a liquidação e anular o empenho da despesa.
- (C) será efetuado apenas o cancelamento do pagamento efetuado ao fornecedor.
- (D) apenas a liquidação da despesa será cancelada.
- (E) nenhum estágio da despesa será afetado.

27. Representa o maior nível de classificação das ações do Governo:

- (A) Subfunção.
- (B) Função.
- (C) Programa.
- (D) Projeto.
- (E) Atividade.

28. É uma característica do Orçamento Programa:

- (A) ênfase no alcance das metas.
- (B) ênfase no objeto de gasto.
- (C) ênfase no desempenho organizacional.
- (D) principal critério de classificação é o institucional.
- (E) principal critério de classificação é o funcional-programático.

29. O Princípio do Equilíbrio Orçamentário

- (A) deve ser aferido durante a execução.
- (B) aplica-se somente às receitas e despesas de capital.
- (C) é apurado por categorias econômicas.
- (D) deve ser aferido no momento da aprovação do orçamento.
- (E) aplica-se somente às receitas e despesas primárias.

30. Cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO estabelecer

- (A) metas e prioridades para a Administração Pública Federal.
- (B) diretrizes, objetivos e metas para a Administração Pública Federal.
- (C) diretrizes e metas para elaboração do PPA.
- (D) normas para instituição e funcionamento de fundos.
- (E) normas de gestão financeira e patrimonial.



31. Representa o detalhamento das categorias da receita orçamentária:
- (A) origem.
  - (B) rubrica.
  - (C) alínea.
  - (D) espécie.
  - (E) fonte.
- 
32. As receitas intraorçamentárias
- (A) são transações entre órgãos do mesmo ente federativo, porém representam a entrada de novos recursos nos cofres públicos.
  - (B) destinam-se ao registro de receitas provenientes de órgãos do poder executivo de diferentes esferas de governo.
  - (C) são aquelas realizadas entre órgãos e entidades integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do mesmo ente federativo.
  - (D) referem-se às descentralizações orçamentárias efetuadas entre órgãos da mesma esfera de governo.
  - (E) referem-se às descentralizações orçamentárias efetuadas entre órgãos dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- 
33. Determinada entidade recebeu, em 20/12/X1, cinquenta computadores adquiridos por meio de licitação. Devido ao prazo insuficiente para atestar a adequação dos equipamentos recebidos, ao previsto no edital, essa despesa no exercício de X1 será
- (A) inscrita em restos a pagar não processados.
  - (B) inscrita em restos a pagar processados.
  - (C) cancelada devido a falta de liquidação.
  - (D) cancelada devido a falta de empenhamento.
  - (E) paga devido a entrega do produto.
- 
34. O mecanismo de ajuste orçamentário destinado a corrigir distorções durante a execução do orçamento denomina-se crédito
- (A) extraordinário.
  - (B) especial.
  - (C) suplementar.
  - (D) orçamentário.
  - (E) adicional.
- 
35. Para promover o atingimento das metas de resultado primário e nominal, diante da insuficiente realização da receita, a LRF prevê
- (A) limitação de empenho e movimentação financeira.
  - (B) limitação de empenho e criação de impostos.
  - (C) aumento da receita e limitação da movimentação financeira.
  - (D) limitação da movimentação financeira e criação de tributos.
  - (E) ampliação da base cálculo de tributos e limitação financeira.
- 
36. De acordo com a sua cronologia, as etapas das receitas públicas acontecem na seguinte ordem:
- (A) lançamento, previsão, recolhimento e arrecadação.
  - (B) previsão, liquidação, arrecadação e recolhimento.
  - (C) lançamento, liquidação, recolhimento e arrecadação.
  - (D) previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
  - (E) previsão, lançamento, liquidação e arrecadação.
- 
37. De acordo com a sua cronologia, as etapas das despesas públicas acontecem na seguinte ordem:
- (A) empenhamento, lançamento, pagamento e liquidação.
  - (B) lançamento, liquidação, empenhamento e pagamento.
  - (C) empenhamento, liquidação e pagamento.
  - (D) liquidação, empenhamento, lançamento e pagamento.
  - (E) empenhamento, pagamento e liquidação.



38. O empenho

- (A) refere-se à etapa da despesa em que o contratado realiza o serviço pactuado ou entrega a mercadoria adquirida em conformidade com as suas especificações.
- (B) não pode ser elaborado de forma estimativa, por se tratar de uma despesa líquida e certa.
- (C) poderá exceder o seu limite de crédito, desde que o ato emane de autoridade competente.
- (D) global é um tipo utilizado para despesas contratuais ou outras despesas sujeitas à entrega única com pagamentos parcelados.
- (E) pode ser realizado de forma ordinária, estimativa ou global, porém não pode exceder ao seu limite de crédito.

39. Com relação aos créditos adicionais tratados na Lei nº 4.320/1964, considere:

- I. Créditos extraordinários serão abertos por lei específica e autorizados por decreto.
- II. Créditos especiais serão abertos por lei e autorizados por decreto.
- III. A abertura de crédito extraordinário independe da existência de recursos disponíveis.
- IV. Crédito especial refere-se aquele destinado às despesas para as quais não haja dotação específica, bem como aquele destinado ao reforço de dotação pré-existente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I e II.
- (D) III.
- (E) II.

40. Da análise da lei orçamentária, foi destacado para a fiscalização a escrituração do código 12.365.0015.2043.31.90.11.00, sendo 12 (função), 365 (sub-função), 0015 (programa), 2043 (ação) e 31.90.11.00 (categoria econômica). Da avaliação desta estrutura, o destaque refere-se a

- (A) despesa de capital executada na função educação.
- (B) despesa de capital na função saúde.
- (C) gastos com pessoal.
- (D) receita orçamentária efetiva e, pela sua categoria econômica, trata-se de receita corrente.
- (E) receita resultante da execução orçamentária e, pela sua categoria econômica, trata-se de receita de capital.

41. Em relação à elaboração das peças de planejamento, considere:

- I. De acordo com a Constituição Federal, o Plano Plurianual – PPA, por se tratar de plano de investimentos, deve prever apenas as despesas de capital.
- II. Tendo em conta que no PPA já foram estabelecidas as premissas dos investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá somente as despesas de custeio.
- III. A dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano plurianual – PPA ou em lei que autorize a sua inclusão, não poderá ser consignado na Lei Orçamentária Anual – LOA.
- IV. A Lei Orçamentária Anual – LOA consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente as despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras despesas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) III.
- (D) III e IV.
- (E) II e IV.



42. Para o controle de limites de gastos e endividamento, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabeleceu como parâmetro a Receita Corrente Líquida – RCL. Em relação à sua metodologia, é correto afirmar:
- (A) Nos gastos da educação e saúde, os municípios devem gastar respectivamente 25% e 15% da sua RCL.
  - (B) A LRF atribuiu limites individualizados para o poder executivo, legislativo e judiciário; diante disto, serão apuradas as RCLs individualizadas de cada poder e estas serão utilizadas para o cálculo dos limites individuais estabelecidos.
  - (C) De acordo com o art. 53 da LRF, a apuração da RCL será elaborada anualmente, e coincidirá com o ano civil em virtude dos prazos estabelecidos para o fechamento dos balanços, definidos pela Lei nº 4.320/1964.
  - (D) A receita patrimonial irá compor a base de cálculo da RCL.
  - (E) A contribuição dos servidores voltada ao custeio do sistema previdenciário não será deduzida do cálculo da apuração da RCL.

43. Diante das normas de controle dos limites de endividamento impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, considere:
- I. A antecipação de receita tributária cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido é equiparada a uma operação de crédito, porém, poderá ser realizada, desde que o ente esteja dentro do seu limite legal de endividamento.
  - II. Não se equipara à operação de crédito a confissão de dívida do Ente da federação.
  - III. Via de regra, a dívida pública consolidada refere-se àquela de longo prazo, diante disto as operações de crédito de prazo inferior a doze meses, cuja receita tenha constado do orçamento, não integram a dívida pública consolidada.
  - IV. Vencido o prazo de recondução da dívida ao seu limite e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará proibido de receber as transferências voluntárias da União ou do Estado.
  - V. Vencido o prazo de recondução da dívida ao seu limite e enquanto perdurar o excesso, o ente não ficará proibido de receber as transferências constitucionais da União e do Estado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
  - (B) I e III.
  - (C) I e V.
  - (D) IV e V.
  - (E) III, IV e V.
44. Diante das possibilidades das modificações orçamentárias e as autorizações para as realizações de operações de crédito, é correto afirmar:
- (A) Quando houver a indicação de recursos, a abertura de crédito especial pode ser realizado sem autorização legislativa, porém, deverá ser precedida de autorização por decreto.
  - (B) O decreto é o instrumento adequado para a autorização do remanejamento de dotação entre os órgãos da mesma esfera de poder, porém quando ocorrer entre outras esferas de governo deverá ter, obrigatoriamente, autorização legislativa.
  - (C) As operações de crédito podem exceder o montante das despesas de capital contanto que haja disponibilidade financeira, voltada a sua liquidação e que tenha sido autorizada previamente por decreto.
  - (D) A transposição e o remanejamento de dotações entre órgãos de outras esferas de poder devem ser autorizados por lei e abertos por decreto.
  - (E) A transferência de recursos entre categorias de programação depende de prévia autorização legislativa.

45. Com objetivo de controlar os gastos de pessoal, a LRF estabeleceu limites e controles. Nesse sentido considere:
- I. A repartição dos limites para o poder judiciário nas esferas federais e estaduais é de 6%, enquanto que nas municipais é de 3%.
  - II. A repartição dos limites para o legislativo federal é de 2,5%, no estadual é de 3% e no municipal é de 6%, sendo que nestes percentuais devem ser inclusos os gastos de pessoal dos Tribunais de Contas.
  - III. A repartição dos limites para o poder executivo na União e nos Estados é de 49% enquanto que no poder executivo municipal é de 54%.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) III.



46. Considere as seguintes informações extraídas de demonstrativos contábeis do primeiro semestre de 2014 de determinada prefeitura da região sul do Brasil.

Contas Contábeis	Valor (em reais)
Ativo Circulante	150
Receita Realizada	320
Passivo Circulante	90
Despesa Empenhada	220
Ativo não Circulante	80
Passivo não Circulante	30

Com base nestas informações, o valor do Patrimônio Líquido é de, em reais,

- (A) 110  
(B) 60  
(C) 50  
(D) 100  
(E) 330
- 
47. Os itens da discriminação da receita orçamentária serão identificados por números de código decimal que se subdividem em seis níveis, denominado código de natureza de receita. De acordo com a classificação da receita por natureza, o Imposto sobre o Patrimônio e a Renda é uma receita orçamentária classificada no nível
- (A) originária.  
(B) espécie.  
(C) alínea.  
(D) rubrica.  
(E) corrente.

**Instrução:** Para responder às questões de números 48 e 49, considere a classificação das receitas orçamentárias por origem e as informações a seguir:

Determinado ente público, no primeiro quadrimestre de 2014, arrecadou as seguintes receitas orçamentárias:

Receitas Orçamentárias Arrecadadas	Valor (em reais)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	140
Aluguel pela Utilização de Próprios do Poder Público	60
Cota-Parte do ICMS	70
Indenizações e Restituições	30
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	40
Remuneração de Depósitos Bancários	30
Multas e Juros de Mora dos Tributos	60
Alienação de Bens Móveis	40
Cota-Parte do IPVA	50
Concessões e Permissões – Serviços de Transporte	20
Contribuição de Melhoria pela Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade	90
Transferências de Capital	25

48. O valor total das receitas tributárias e patrimoniais foi, respectivamente, em reais,
- (A) 180,00 e 90,00  
(B) 270,00 e 110,00  
(C) 310,00 e 140,00  
(D) 200,00 e 110,00  
(E) 270,00 e 140,00
- 
49. O valor do montante das receitas de transferências correntes e das outras receitas correntes foi, respectivamente, em reais,
- (A) 180,00 e 30,00  
(B) 140,00 e 60,00  
(C) 120,00 e 30,00  
(D) 110,00 e 90,00  
(E) 120,00 e 90,00



50. São, respectivamente, despesas orçamentárias que constituem fato contábil modificativo diminutivo e fato contábil permutativo:
- (A) seguro desemprego e serviços de consultoria.
  - (B) aquisição de veículos e material de informática.
  - (C) conservação de imóveis e amortização da dívida de longo prazo.
  - (D) obrigações patronais e juros sobre a dívida por contrato.
  - (E) locação de imóveis e encargos sobre operações de crédito por antecipação da receita.

**Instrução:** Para responder às questões de números 51 e 52, considere a classificação das despesas por Categoria Econômica, "Grupo de Natureza da Despesa", "Modalidade de Aplicação" e as informações a seguir:

A Prefeitura de Planície do Sul, no primeiro semestre de 2014, empenhou e pagou as seguintes despesas orçamentárias:

Código	Descrição	Valor (em reais)
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	60
3.2.90.91.00	Sentenças Judiciais	30
3.3.90.18.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	15
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	90
4.4.90.61.00	Aquisição de Imóveis	70
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas	40
3.3.50.43.00	Subvenções Sociais	25
4.4.90.37.00	Locação de Mão de obra	20
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	50
3.3.90.49.00	Auxílio Transporte	30

51. O montante das despesas empenhadas e pagas classificadas no grupo de natureza da despesa Pessoal e Encargos Sociais foi de, em reais,
- (A) 220,00
  - (B) 240,00
  - (C) 205,00
  - (D) 235,00
  - (E) 190,00
52. A soma das despesas correntes empenhadas e pagas na modalidade Aplicação Direta foi de, em reais,
- (A) 315,00
  - (B) 340,00
  - (C) 375,00
  - (D) 310,00
  - (E) 280,00
53. Os créditos da fazenda pública de natureza tributária ou não tributária exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento serão inscritos, na forma da legislação própria, como dívida ativa. Determinado imposto foi inscrito em dívida ativa, no exercício de 2012, no valor de R\$ 190,00. No exercício de 2013, o contribuinte quitou a dívida com juros e multas de mora, perfazendo um total de R\$ 210,00. Com relação a classificação dos valores recebidos, sob o aspecto orçamentário, é correto afirmar que é uma receita corrente
- (A) patrimonial, no valor de R\$ 190,00, e outras receitas correntes no valor de R\$ 20,00.
  - (B) tributária no valor de R\$ 210,00.
  - (C) transferências correntes, no valor de R\$ 190,00, e receitas diversas no valor de R\$ 20,00.
  - (D) outras receitas correntes no valor de R\$ 210,00.
  - (E) tributária, no valor R\$ 190,00, e outras receitas correntes no valor de R\$ 20,00.



54. Do total da dívida ativa tributária inscrita no exercício de 2013, no valor de R\$ 380,00, a Procuradoria Geral da entidade, no exercício de 2014, verificou que o valor de R\$ 40,00 deveria ser cancelado por impossibilidade de seu recebimento. Sob o aspecto patrimonial, o cancelamento da inscrição na dívida ativa
- (A) provoca variação patrimonial diminutiva.  
 (B) provoca variação patrimonial qualitativa.  
 (C) provoca diminuição do passivo circulante.  
 (D) provoca aumento do ativo circulante.  
 (E) não altera o resultado patrimonial.

**Instrução:** Para responder às questões de números 55 a 60, considere o Balanço Orçamentário do exercício de 2013 do Estado Floresta do Norte (valores em reais).

Despesas Orçamentárias	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
<b>Despesas Correntes</b>	<b>700</b>	<b>500</b>	<b>440</b>	<b>390</b>	<b>200</b>
Pessoal e Encargos Sociais	450	300	250	200	150
Outras Despesas Correntes	250	200	190	190	50
<b>Despesas de Capital</b>	<b>850</b>	<b>600</b>	<b>540</b>	<b>450</b>	<b>250</b>
Investimentos	510	350	340	300	160
Inversões Financeiras	340	250	200	150	90
<b>Total</b>	<b>1.550</b>	<b>1.100</b>	<b>980</b>	<b>840</b>	<b>450</b>

55. O montante das despesas inscritas no exercício em restos a pagar não processados é de, em reais,
- (A) 200,00  
 (B) 120,00  
 (C) 450,00  
 (D) 530,00  
 (E) 650,00
56. O valor total dos restos a pagar inscritos no exercício foi de, em reais,
- (A) 390,00  
 (B) 570,00  
 (C) 710,00  
 (D) 260,00  
 (E) 140,00

57. A contabilidade orçamentária, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, evidenciará
- I. o montante dos créditos orçamentários vigentes, incluindo os créditos adicionais.  
 II. as operações de crédito por antecipação da receita orçamentária.  
 III. as dotações disponíveis.  
 IV. o resultado orçamentário do exercício.  
 V. a inscrição dos créditos tributários em dívida ativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.  
 (B) I, III e IV.  
 (C) I, II e V.  
 (D) III, IV e V.  
 (E) III e IV.



58. Os recebimentos de natureza orçamentárias e extraorçamentárias, os créditos e valores cuja alienação depende de autorização legislativa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, serão demonstrados, respectivamente,
- (A) no balanço financeiro e no balanço patrimonial.
  - (B) no balanço orçamentário e no balanço patrimonial.
  - (C) na demonstração dos fluxos de caixa e no balanço orçamentário.
  - (D) no balanço financeiro e nas variações patrimoniais independente da execução orçamentária.
  - (E) na demonstração dos fluxos de caixa e no balanço patrimonial.
59. Considere as seguintes transações realizadas no exercício de 2013, por determinada entidade do setor público, e tomando por base a estrutura da Demonstração das Variações Patrimoniais, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

Transações realizadas no exercício de 2013	Valor (em reais)
Recebimento de Receita de Impostos	120
Alienação de Bens	30
Pagamento de Servidores Ativos	60
Despesas com Aquisição de Bens Imóveis	90
Recebimento de Receita de Aluguel	40
Amortização de Dívida de Longo Prazo (fundada)	50
Empréstimos Tomados de Longo Prazo	80
Incorporação de Bens recebidos em doação	20

Os valores das mutações patrimoniais ativas e passivas são, respectivamente, em reais,

- (A) 110,00 e 160,00
  - (B) 190,00 e 200,00
  - (C) 160,00 e 110,00
  - (D) 120,00 e 150,00
  - (E) 140,00 e 110,00
60. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em sua estrutura básica, está organizado em níveis de desdobramento, sendo estes classificados e codificados. As codificações e classificações: 1.1 – ativo circulante e 2.3 – patrimônio líquido se referem ao nível de desdobramento
- (A) grupo/subgrupo.
  - (B) título/subtítulo.
  - (C) classe/grupo.
  - (D) item/subitem.
  - (E) título/grupo.
61. O município de Águas Correntes, no primeiro semestre de 2014, empenhou despesas no valor de R\$ 1.850.000,00, correspondendo a 60% do valor aprovado na Lei Orçamentária. Acerca dos controles da execução da despesa, nos termos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, o somatório das despesas empenhadas é evidenciado na conta classificada no subtítulo
- (A) despesa líquida empenhada.
  - (B) crédito indisponível.
  - (C) dotação comprometida.
  - (D) crédito a empenhar.
  - (E) crédito utilizado.
62. O departamento de contabilidade de determinada entidade do setor público identificou que do montante dos créditos inscritos em dívida ativa tributária até dezembro de 2013, no montante de R\$ 190.000,00, são realizáveis entre os meses de julho e dezembro de 2014, o valor de R\$ 125.000,00, e o restante, no 1º bimestre de 2015. Nestas condições, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCT 16, no Balanço Patrimonial da entidade, datado de 31/12/2013, os créditos da dívida tributária serão classificados no
- (A) ativo circulante – R\$ 125.000,00 e no ativo não circulante – R\$ 65.000,00.
  - (B) ativo circulante – R\$ 190.000,00.
  - (C) ativo não circulante – R\$ 190.000,00.
  - (D) ativo permanente – R\$ 125.000,00 e no ativo financeiro – R\$ 65.000,00.
  - (E) crédito de longo prazo – R\$ 190.000,00.





63. Os saldos das contas empréstimos e financiamentos a longo prazo, de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, serão classificados no Balanço Patrimonial como
- passivo circulante.
  - dívida flutuante.
  - passivo permanente.
  - passivo não circulante.
  - receita de capital.

64. As transações que promovem alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais, no patrimônio das entidades do setor público, são objeto de registro contábil. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, são elementos essenciais do registro contábil:

- a moeda corrente nacional.
- a data da ocorrência da transação.
- as normas e técnicas contábeis.
- o valor e o histórico da transação.
- a conta debitada e a creditada.

Está correto o que consta APENAS em

- I, II e V.
- II, IV e V.
- IV e V.
- I, IV e V.
- II, III, IV.

**Instrução:** Para responder às questões de números 65 e 66, considere os registros contábeis realizados nos termos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

65. No registro contábil da previsão da receita e da fixação da despesa orçamentária, debita-se e credita-se, respectivamente, os seguintes títulos de contas:

- (A)
- |               |                                      |                |                    |
|---------------|--------------------------------------|----------------|--------------------|
| <b>Debita</b> | Previsão Inicial da Receita          | <b>Credita</b> | Receita a Realizar |
| e             |                                      |                |                    |
| <b>Debita</b> | Dotação Orçamentária/Crédito Inicial | <b>Credita</b> | Crédito Disponível |
- (B)
- |               |                     |                |                    |
|---------------|---------------------|----------------|--------------------|
| <b>Debita</b> | Receita a Arrecadar | <b>Credita</b> | Receita Estimada   |
| e             |                     |                |                    |
| <b>Debita</b> | Despesa Fixada      | <b>Credita</b> | Despesa a Empenhar |
- (C)
- |               |                             |                |                     |
|---------------|-----------------------------|----------------|---------------------|
| <b>Debita</b> | Previsão Inicial da Receita | <b>Credita</b> | Receita a Arrecadar |
| e             |                             |                |                     |
| <b>Debita</b> | Despesa Fixada              | <b>Credita</b> | Dotação a Empenhar  |
- (D)
- |               |                                      |                |                             |
|---------------|--------------------------------------|----------------|-----------------------------|
| <b>Debita</b> | Receita a Arrecadar                  | <b>Credita</b> | Previsão Inicial da Receita |
| e             |                                      |                |                             |
| <b>Debita</b> | Dotação Orçamentária/Crédito Inicial | <b>Credita</b> | Despesa a Empenhar          |
- (E)
- |               |                   |                |                     |
|---------------|-------------------|----------------|---------------------|
| <b>Debita</b> | Receita Aprovada  | <b>Credita</b> | Receita a Arrecadar |
| e             |                   |                |                     |
| <b>Debita</b> | Despesa Empenhada | <b>Credita</b> | Despesa a Empenhar  |

66. No registro contábil do reconhecimento do Crédito Tributário relativo ao IPTU, por competência efetivado no início do exercício, no subsistema patrimonial, debita e credita, os seguintes títulos de contas:

- |               |                              |                |  |
|---------------|------------------------------|----------------|--|
| <b>Debita</b> | Caixa e Equivalente de Caixa | <b>Credita</b> | Impostos sobre patrimônio e a renda – IPTU |
|---------------|------------------------------|----------------|--|
- |               |                    |                |                   |
|---------------|--------------------|----------------|-------------------|
| <b>Debita</b> | Receita a Realizar | <b>Credita</b> | Receita Realizada |
|---------------|--------------------|----------------|-------------------|
- |               |                                  |                |  |
|---------------|----------------------------------|----------------|--|
| <b>Debita</b> | Crédito Tributário a Receber (P) | <b>Credita</b> | Impostos sobre patrimônio e a renda – IPTU |
|---------------|----------------------------------|----------------|--|
- |               |                                  |                |                    |
|---------------|----------------------------------|----------------|--------------------|
| <b>Debita</b> | Crédito Tributário a Receber (P) | <b>Credita</b> | Receita Tributária |
|---------------|----------------------------------|----------------|--------------------|
- |               |                              |                |                    |
|---------------|------------------------------|----------------|--------------------|
| <b>Debita</b> | Caixa e Equivalente de Caixa | <b>Credita</b> | Receita Tributária |
|---------------|------------------------------|----------------|--------------------|



**Instrução:** Para responder às questões de números 67 a 70, considere as informações abaixo referentes a determinada entidade do setor público (valores em reais):

- a. Saldo em Espécie do Exercício Anterior (31/12/2012)..... R\$ 60,00
- b. Lei Orçamentária aprovada para o exercício de 2013:
- |                           |                   |
|---------------------------|-------------------|
| Receitas Correntes.....   | R\$ 400,00        |
| Receitas de Capital ..... | R\$ 100,00        |
| <b>Total.....</b>         | <b>R\$ 500,00</b> |
| Despesas Correntes.....   | R\$ 350,00        |
| Despesas de Capital ..... | R\$ 150,00        |
| <b>Total.....</b>         | <b>R\$ 500,00</b> |
- c. Durante o exercício de 2013, a entidade realizou as seguintes transações:

Transações	Valor (em reais)
Arrecadação de Impostos	190
Empenho de Despesa com Pessoal	180
Arrecadação de Aluguéis	60
Veículos Recebidos em Doação	80
Empenho de Despesa com Água, Luz e Telefone	30
Arrecadação de Receita de Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo (Operações de Crédito)	70
Empenho de Despesa com Aquisição de Imóveis	90
Arrecadação de Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	30
Empenho de Despesa com Serviços de Manutenção de Elevadores	40
Arrecadação da Cota Parte do ICMS	90
Empenho de Despesa com Locação de Veículos	50
Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação	40
Pagamento de Restos a Pagar Inscritos no Exercício de 2012	30

**Nota:** Todas as receitas e despesas, informadas no quadro acima, foram, respectivamente, recebidas e pagas.

67. Nos termos da estrutura do Balanço Financeiro, o saldo em espécie para o exercício seguinte (31/12/2013) é, em reais,

- (A) 110,00  
(B) 20,00  
(C) 50,00  
(D) 60,00  
(E) 80,00

68. O resultado da execução orçamentária demonstrado no Balanço Orçamentário foi um

- (A) superávit de R\$ 150,00.  
(B) superávit de R\$ 50,00.  
(C) déficit de R\$ 60,00.  
(D) superávit de R\$ 70,00.  
(E) déficit de R\$ 20,00.

69. Nos termos da Demonstração das Variações Patrimoniais, a Variação Patrimonial Quantitativa Aumentativa foi, em reais,

- (A) 370,00  
(B) 440,00  
(C) 390,00  
(D) 450,00  
(E) 300,00

70. De acordo com a Demonstração das Variações Patrimoniais, o resultado patrimonial do exercício foi, em reais,

- (A) 100,00  
(B) 30,00  
(C) 150,00  
(D) 70,00  
(E) 60,00



71. O objetivo de uma auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro. Esta declaração identifica a auditoria
- (A) governamental, em conformidade com as NAT TCE.
  - (B) governamental, em conformidade com as NAG TCU.
  - (C) independente, em conformidade com as NBC TA.
  - (D) de regularidade, em conformidade com as NAG TCU.
  - (E) operacional, em conformidade com as NAT TCE.
- 
72. A atividade que compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir a administração da entidade no cumprimento de seus objetivos, forma o conceito de auditoria
- (A) interna.
  - (B) contábil.
  - (C) de gestão.
  - (D) de programa.
  - (E) ambiental.
- 
73. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) é organizada na forma de sistema de informações, cujos subsistemas, mesmo oferecendo produtos diferentes em razão da especificidade, convergem para o produto final, que é a informação sobre o patrimônio público. Entre os subsistemas, o que registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle, é o
- (A) orçamentário.
  - (B) financeiro.
  - (C) custos.
  - (D) patrimonial.
  - (E) compensação.
- 
74. O risco de que uma distorção relevante que indique que as demonstrações contábeis estejam apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo sistema de controle interno da entidade auditada, caracteriza o risco de auditoria denominado
- (A) assistemático.
  - (B) de detecção.
  - (C) inerente.
  - (D) de controle.
  - (E) de conluio.
- 
75. Nas circunstâncias em que o auditor, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis; ou, não consegue obter evidência apropriada e suficiente de auditoria para suportar sua opinião, mas conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes, mas não generalizados, sua opinião a ser expressada, no parecer ou relatório de auditoria, deve ser
- (A) com abstenção.
  - (B) com ressalva.
  - (C) adversa.
  - (D) limpa.
  - (E) com ênfase.
- 
76. A autenticidade de documentos comprobatórios hábeis de despesas, emitidos por terceiros, contratados pela Administração pública, deve ser verificada por procedimento de auditoria conhecido como
- (A) circularização.
  - (B) teste de inspeção.
  - (C) teste de observação.
  - (D) amostragem estatística.
  - (E) revisão analítica.



77. Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria – NBC TA, a amostragem em auditoria destina-se a possibilitar conclusões a serem tiradas de uma população inteira com base no teste de amostragem dela extraída (NBC TA 500). Existem muitos métodos para selecionar amostras (NBC TA 530), entre os principais citados nas normas. Aquela em que a quantidade de unidades de amostragem na população é dividida pelo tamanho da amostra para dar um intervalo de amostragem é a seleção
- (A) estatística.
  - (B) aleatória.
  - (C) ao acaso.
  - (D) sistemática.
  - (E) em bloco.
- 
78. Entre as demonstrações contábeis exigidas das entidades do setor público, objeto da auditoria contábil governamental, aquela cujo objetivo é evidenciar o resultado das ações do setor público, considerando sua interligação com o subsistema de custos, e que tem como premissa os conceitos de custo de oportunidade, receita econômica e valor econômico despendido pela entidade, demonstrando o incremento líquido de benefícios gerados à sociedade a partir da ação eficiente e eficaz do gestor público, e que é de divulgação não obrigatória, a partir do exercício de 2013, é a demonstração de
- (A) Balanço Orçamentário.
  - (B) Balanço Financeiro.
  - (C) Variações Patrimoniais.
  - (D) Mutações do Patrimônio Líquido.
  - (E) Resultado Econômico.
- 
79. Segundo as NBC TA 260 e NBC TA 265, bem como as recomendações do *International Federation of Accountants* – (IFAC) sobre governança no setor público, os princípios de governança no contexto do setor público, incluem: (I) transparência, (II) integridade, (III) *accountability*, (IV) padrões de comportamento, (V) estruturas e processos organizacionais, (VI) controle e (VII) relatórios externos. A auditoria externa e a auditoria interna exercem seus papéis, respectivamente, nos princípios
- (A) III e IV.
  - (B) V e IV.
  - (C) VI e VII.
  - (D) VI e V.
  - (E) VII e VI.
- 
80. As informações contidas em trabalhos realizados por especialistas, que não componham a equipe de auditoria do Tribunal de Contas, segundo as NAT, devem
- (A) integrar o relatório como evidências para os achados levantados pelos auditores.
  - (B) ser de responsabilidade integral dos especialistas contratados.
  - (C) ser assumidas integralmente pela equipe de auditoria no que se refere à responsabilidade pela veracidade dos fatos, em qualquer circunstância.
  - (D) ser de responsabilidade da unidade técnica coordenadora dos trabalhos de auditoria.
  - (E) ser submetidas a segunda opinião para assegurar a confiabilidade.
- 

**Instruções:** Para responder às questões de números 81 a 83, considere a seguinte informação:

As contas dos Chefes do Poder Executivo Municipal serão submetidas à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE-RS, que emite um parecer prévio. O julgamento dessas contas, todavia, cabe ao Poder Legislativo Municipal.

81. O TCE-RS emitiu parecer prévio desfavorável às contas de um Prefeito por falhas relativas à gestão fiscal e à aplicação de recursos nas áreas da educação e saúde. Esse parecer somente deixará de prevalecer por decisão de
- (A) 1/3 dos membros da Câmara Municipal.
  - (B) 2/3 dos membros da Câmara Municipal.
  - (C) 1/2 dos membros da Câmara Municipal.
  - (D) 3/4 dos membros da Câmara Municipal.
  - (E) 3/5 dos membros da Câmara Municipal.



82. Se a Câmara Municipal desse município julgasse as contas do Prefeito antes mesmo do TCE-RS emitir o parecer prévio conclusivo, este ato seria classificado como
- (A) sujeito à validação após a emissão do parecer prévio.
  - (B) legal, condicionado à aprovação unânime pelos vereadores.
  - (C) instrumento auxiliar aos trabalhos do TCE-RS.
  - (D) legítimo, se o julgamento for favorável.
  - (E) nulo, por expressa previsão legal.
- 
83. Para que o TCE-RS possa exercer sua competência de emitir os pareceres prévios, com base nos trabalhos de fiscalização sob os aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, os Chefes do Poder Executivo devem, de acordo com sua Lei Orgânica, obrigatoriamente, prestar contas até
- (A) 31 de março do exercício seguinte ao encerrado.
  - (B) 31 de janeiro do exercício seguinte ao encerrado.
  - (C) 15 de janeiro do exercício seguinte ao encerrado.
  - (D) três meses após a publicação dos balanços.
  - (E) seis meses após a publicação dos balanços.
- 
84. O TCE-RS tomou ciência de ato que importou dano ao erário, ocorrido por omissão do administrador de uma autarquia municipal. Após impugnado, este ato estará sujeito à
- (A) avaliação mediante parecer prévio.
  - (B) apreciação para fins de registro.
  - (C) tomada de contas especial.
  - (D) inspeção regular de auditoria.
  - (E) auditoria de gestão.
- 
85. Por meio de uma informação anônima endereçada a uma determinada Prefeitura, foi revelado um esquema fraudulento de licitações. O dever constitucional de comunicação dessa ilegalidade ao TCE-RS é do
- (A) assessor jurídico do Prefeito.
  - (B) presidente da comissão de licitação.
  - (C) responsável pelo controle interno.
  - (D) responsável pelo controle externo.
  - (E) Prefeito.
- 
86. A Constituição Federal estabelece formas de atuação dos Tribunais de Contas: emissão de parecer prévio; apreciação para fins de registro; julgamento. É ato sujeito à apreciação para fins de registro pelo TCE-RS:
- (A) admissão de pessoal para cargo em comissão.
  - (B) admissão de pessoal para cargo efetivo.
  - (C) prestação de contas decorrente de subvenção social.
  - (D) contratação de serviço mediante licitação.
  - (E) melhoria que altere o fundamento do ato que concedeu aposentadoria.
- 
87. A realização de auditoria de natureza contábil por parte do TCE-RS em fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público pode ser feita por iniciativa
- (A) de partido político.
  - (B) do Ministério Público.
  - (C) do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.
  - (D) de Comissão Técnica ou de Inquérito.
  - (E) do Supremo Tribunal Federal.



88. Os Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais e os Ministros do Tribunal de Contas da União têm, respectivamente, as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos
- (A) Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado e dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
  - (B) Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
  - (C) Ministros do Superior Tribunal de Justiça e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
  - (D) Ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Presidente do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.
  - (E) Ministros do Superior Tribunal de Justiça e dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- 
89. Na eventualidade de um Auditor Substituto de Conselheiro do TCE-RS cometer um crime de responsabilidade, ele será processado e julgado, originariamente, pelo
- (A) Plenário do TCE-RS.
  - (B) Juiz da Vara da Fazenda Pública.
  - (C) Tribunal de Justiça do Estado.
  - (D) Superior Tribunal de Justiça.
  - (E) Supremo Tribunal Federal.
- 
90. A competência para a criação, transferência de sede ou extinção de unidade de trabalho do TCE-RS é
- (A) da Corregedoria-Geral.
  - (B) da Vice-Presidência.
  - (C) da Presidência.
  - (D) do Conselheiro.
  - (E) do Tribunal Pleno.
- 
91. O TCE-RS pode ser dividido em Câmaras, que devem sempre ser presididas por um Conselheiro. Excepcionalmente, na sessão em que ocorrer hipótese de vacância de cargo, ausência, férias ou impedimento dos Conselheiros, a Câmara poderá ser presidida por Auditor Substituto de Conselheiro que estiver em substituição a Conselheiro. Essa Substituição será em caráter
- (A) precário.
  - (B) eventual.
  - (C) sigiloso.
  - (D) meramente quantitativo.
  - (E) definitivo.
- 
92. São matérias afetas aos trabalhos do TCE-RS: expedir recomendações sobre programas de informatização do Tribunal; determinar a realização de inspeções especiais; relatar, no Tribunal Pleno, matérias de natureza administrativa. Esses atos são de competência, respectivamente, do
- (A) Presidente, Presidente e Corregedor-Geral.
  - (B) Presidente, Vice-Presidente e Presidente.
  - (C) Corregedor-Geral, Presidente e Vice-Presidente.
  - (D) Corregedor-Geral, Presidente e Presidente.
  - (E) Presidente, Corregedor-Geral e Vice-Presidente.
- 
93. É regra atinente ao Ministério Público junto ao TCE-RS:
- (A) Os Adjuntos de Procurador são nomeados pelo Governador do Estado e tomam posse junto ao Presidente do TCE-RS.
  - (B) O Ministério Público junto ao TCE-RS será sempre ouvido no início da instrução.
  - (C) O prazo para manifestação do Ministério Público será de 90 dias.
  - (D) Iniciada a fase de votação, o membro do Ministério Público somente poderá usar a palavra para prestar esclarecimentos adicionais ou de equívocos ou dúvidas.
  - (E) O Procurador será empossado em sessão extraordinária do Tribunal Pleno.



94. Os Auditores Substitutos de Conselheiros do TCE-RS
- (A) ocupam, na hierarquia do TCE-RS, posição imediatamente inferior a do Procurador.
  - (B) deverão, na sua totalidade, estar presentes às sessões do Tribunal Pleno e, em número de dois, às das Câmaras.
  - (C) terão as mesmas garantias, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça quando não estiverem no exercício da substituição.
  - (D) substituirão um Conselheiro mediante rodízio e a convocação de um mesmo auditor substituto de conselheiro não ultrapassará 30 dias.
  - (E) terão prazo de 30 dias para emitir parecer, se individual, e 60 dias, se coletivo.
- 
95. Uma das formas do procurador da parte interessada intervir no processo do TCE-RS é mediante solicitação de sustentação oral perante o Tribunal Pleno ou as Câmaras. Uma vez concedida, o uso da palavra poderá ser feito pelo prazo de
- (A) 15 minutos.
  - (B) 20 minutos.
  - (C) 5 minutos.
  - (D) 10 minutos.
  - (E) 30 minutos.
- 
96. As sessões do TCE-RS podem ser ordinárias, extraordinárias, especiais ou administrativas. A emissão de parecer prévio sobre as contas do Governador e a posse de Conselheiro são atos que ocorrem, respectivamente, em sessões
- (A) extraordinária e especial.
  - (B) extraordinária e extraordinária.
  - (C) ordinária e administrativa.
  - (D) especial e especial.
  - (E) especial e ordinária.
- 
97. Faz parte do conteúdo mínimo dos relatórios e parecer prévio das contas do Governador a análise
- (A) dos contratos de concessão dos serviços públicos.
  - (B) das admissões de pessoal por prazo determinado.
  - (C) das concessões de subvenção, auxílios e contribuições.
  - (D) da concessão de adiantamento de numerário para operações policiais de caráter reservado.
  - (E) da dívida pública.
- 
98. O recurso de embargos
- (A) é cabível de decisão proferida pelo Tribunal Pleno.
  - (B) tem efeito suspensivo em qualquer situação.
  - (C) pode ser interposto uma única vez.
  - (D) tem prazo de 15 dias para a interposição.
  - (E) pode ser interposto apenas pela parte interessada ou terceiro prejudicado.
- 
99. Uma decisão do TCE-RS, já transitada em julgado, conteve erro de cálculo. Nesse caso, é cabível a proposição de
- (A) agravo regimental.
  - (B) revisão.
  - (C) recurso ordinário.
  - (D) embargos declaratórios.
  - (E) reconsideração.
- 
100. O Regimento Interno do TCE-RS pode ser emendado mediante proposta de iniciativa
- (A) do Conselheiro.
  - (B) do Ministério Público de Contas.
  - (C) de Auditor Substituto de Conselheiro.
  - (D) do corpo técnico.
  - (E) do Diretor da Escola de Contas.